

Trabalho apresentado no 15º CBCENF

Título: RISCOS OCUPACIONAIS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: SUBSÍDIOS PARA GESTORES

Relatoria: RENATA DE CASTRO GOMES
ENEWTON ENEAS DE CARVALHO

Autores: FELIPE TAVARES DUAILIBE
JAIRO JOSÉ DE MOURA FEITOSA
KATIA PAULA SILVA

Modalidade: Pôster

Área: Determinantes de vida e trabalho

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: Os profissionais de enfermagem ao atuarem na atenção básica, nível de atenção à saúde no qual a Estratégia de Saúde da Família está inserida, estão expostos a riscos ocupacionais no seu processo de trabalho, que por vezes passam despercebidos. Entende-se por riscos ocupacionais todas as situações de trabalho que podem romper o equilíbrio físico, mental e social das pessoas, e não somente as situações que originem acidentes e enfermidades. **OBJETIVOS:** Investigar a produção científica acerca dos riscos ocupacionais a que os trabalhadores de enfermagem estão submetidos ao atuarem na Estratégia Saúde da Família e analisar os riscos ocupacionais retratados nesses estudos, subsidiando a gestão do trabalho em enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo bibliográfico, que teve como foco os riscos ocupacionais, subsidiando a ação dos gestores. A presente pesquisa foi realizada durante os meses de fevereiro a novembro de 2011 nos bancos de dados LILACS e SCIELO, posteriormente foi realizada uma leitura exploratória juntamente com o fichamento do material buscando a essência de cada publicação para a respectiva discussão e análise dos resultados obtidos. **RESULTADOS:** Foram encontrados dez artigos científicos que confirmaram que os trabalhadores de enfermagem estão expostos a todas as cargas de trabalho, potencializadas pelas cargas psíquicas. Além disso, pontuaram que os riscos psicossociais foram evidenciados em todas as pesquisas publicadas (100%), havendo predominância de estudos sobre o estresse e a violência ocupacional. Os riscos biológicos foram enfocados em 60% das publicações e os riscos físicos foram abordados em 50%, seguidos pelos riscos químicos (40,0%) e por fatores relacionados às condições ergonômicas (33%). **CONCLUSÃO:** Percebe-se, assim, que a síntese dos estudos publicados facilitará a disseminação de um novo olhar, por parte dos gestores em saúde, em relação aos profissionais da atenção básica, com o intuito de garantir-lhes seus direitos enquanto trabalhadores, incluindo o pagamento do adicional de insalubridade, de acordo com a legislação vigente.